



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA
DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 29ª (vigésima nona) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/185/2017 – Cons. Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto; 1/3082/2017, 1/3154/2018 – Cons. Alexandre Mendes de Sousa. Foi lida e aprovada a ata da 28ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/2760/2018 – Auto de Infração nº 1/201800598. RECORRENTE: BECHARA SULEIMAN E CIA LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão: O presente processo em retorno ao exame e julgamento nesta sessão:** o Presidente Francisco Wellington Ávila Pereira, apresentou nesta data, voto de desempate relativo a preliminar de nulidade do AI, alegada pela parte, por impedimento do agente designante da ação fiscal, que autorizou o Mandado de Ação Fiscal (MAF) nº 2017.07316 em 28/07/2018 – a nomeação se deu em 11/07/2017 e a publicação da Portaria nº 276/2017, ocorreu em 31/07/2017. **Em voto de Desempate, o Sr. Presidente rejeitou a nulidade sob fundamento a que se referiu a relatora, qual seja:** *“O princípio Constitucional da Publicidade, insculpido no artigo 37 da Carta Magna, obriga a Administração Pública a Publicar seus atos para que estes tenham validade. No presente caso, a publicação da portaria que investiu no Cargo de Orientador da CESEC o Sr. Augusto Rocha Neto, ocorreu, o que a torna válida. A discussão reside na Data de sua publicação, o que ocorreu após a emissão do Mandado de Ação Fiscal, fato este, que, em tese, invalidaria a prática deste ato. Todavia, o fato de constar no corpo da Portaria o período em que se daria a substituição, 25/07 a 11/08 de 2017, mesmo sendo o início antes da publicação da mesma, torna expressa a vontade da*

Administração de que a investidura no Cargo ocorreria a partir da data nela explicitada, 25/07/2017. Portanto, ao nosso sentir, a autoridade designante tinha plenos poderes concedidos pela Administração para praticar atos atinentes a função de Orientador da CESEC no período de 25/07 a 11/08 de 2017. Por essas Razões afastamos a Nulidade suscitada pela Recorrente". (O voto de desempate na íntegra, fica anexo a esta ata). Na 25ª Sessão Virtual (26/10/2020), os Conselheiros Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto (relatora), Alexandre Mendes de Sousa e Lúcio Flávio Alves, afastaram a nulidade nos termos do art. 821, § 5º, inciso I, do Decreto 24.569/97 (RICMS) e, observando também que a Portaria 276/2017, que consta o período (25/07/2017 a 11/08/2017) em que o servidor exercerá a função de Orientador da CESEC. Os Conselheiros Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho, votaram por acolher o pleito da autuada sob o entendimento do Parecer da Assessoria Processual Tributária, que entendeu que "os efeitos decorrentes de expedição de Portaria só começam efetivamente a serem produzidos a partir da publicação e não da data em que é assinada ou expedida, salvo se assim dispuser em seu bojo, o que não é o caso".

Na sequência, a 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, afastar por voto de desempate da Presidência, **a nulidade da autuação diante da metodologia indevidamente utilizada para levantamento de estoque,** tendo em vista que o SLE é a metodologia adequada para apurar omissões de Vendas e, o que poderá ter ocorrido foi a interpretação equivocada do autuante quanto à tributação dos produtos objeto da autuação. Os Conselheiros Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, Alexandre Mendes de Sousa e Lúcio Flávio Alves votaram por afastar esta nulidade. Foram votos divergentes neste ponto os Conselheiros Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho, que acataram o pedido da parte. **Em ato contínuo,** a 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por maioria de votos, converter o julgamento do processo em realização de **Perícia,** para que atenda aos seguintes quesitos: **1.** Identificar quais os produtos sujeitos ao regime de Tributação Normal e Substituição Tributária por Entrada cujo ICMS já tenha sido recolhido, para fins de exclusão do imposto consignado no presente auto de infração; **2.** A parte será apresentar assistente técnico para acompanhamento do trabalho pericial. Os Conselheiros Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho, afastaram o pedido de envio do processo para a perícia, haja vista, que a CEFIT, enquanto, órgão pertencente à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, realizou o enquadramento e a sistemática a que os produtos devem ser tributados quando da entrada das mercadorias. Insta destacar ainda, que grande parte do volume de mercadorias constantes dos trabalhos de auditoria, não se tratam daquelas mercadorias sujeitas às exceções do art. 6º do Decreto 29.560/08. Deste modo, estão claramente sujeitas ao regime de substituição tributária. Assim sendo, o envio do presente processo para a perícia, consubstanciaria em nova autuação, com largas modificações, finalidade esta, que a CEPED não se presta. Decisão nos termos do voto da Conselheira relatora, mas em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado em sua manifestação oral se pronunciou pelo encaminhamento dos autos à Célula de Perícias e Diligências. Estiveram presentes, para proceder sustentação oral das razões do recurso os representantes legais da recorrente, Dr. Daniel Landim e Dr. Lucas Pinheiro. **Processo de Recurso Nº 1/3715/2018 – Auto de Infração nº 1/201706832. RECORRENTE: Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, conhecer do Recurso Ordinário interposto e afastar as questões preliminares suscitadas pela recorrente, relativas a ilegalidade da multa no percentual de 50% por ter caráter confiscatório da multa em desobediência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Referida preliminar foi afastada, adotando-se os

fundamentos constantes do Parecer da Assessoria Processual Tributária. Na sequência, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/1217/2017 – Auto de Infração nº 1/201627172. RECORRENTE: J F DE PAULA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para declarar nula a decisão de 1ª Instância, ante a constatação de que a julgadora singular não se manifestou sobre o ponto específico da impugnação e o pedido de perícia formulado pelo contribuinte em sua peça defensiva. **Em ato contínuo**, se determina o **Retorno do processo à instância de origem** para que se proceda a novo julgamento. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da douda Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/4033/2018 – Auto de Infração nº 1/201809467. RECORRENTE: MEDEIRAÇO COMERCIO DE AÇOS E METAIS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para declarar nula a decisão de 1ª Instância, ante a constatação de que a julgadora singular não se manifestou sobre o pedido de perícia formulado pelo contribuinte em sua peça impugnatória. **Em ato contínuo**, se determina o **Retorno do processo à instância de origem** para que se proceda a novo julgamento. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da douda Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 19 (dezenove) de novembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA